

# abpi.empauta.com

Associação Brasileira da Propriedade Intelectual  
Clipping da imprensa

*Brasília, 31 de outubro de 2025 às 07h51*  
*Seleção de Notícias*

## Bloomberg Línea Brasil | BR

Propriedade Intelectual

**Venda da Warner pode ser vantajosa para a empresa. Mas Hollywood pode sair perdendo . . . . .** 4

## Estado de Minas - Online | BR-MG

Propriedade Intelectual

**Roberto Carlos contesta uso de obras em serviços de streaming . . . . .** 7

## Jota Info | BR

31 de outubro de 2025 | Marco regulatório | INPI

**Marca notoriamente conhecida: por que o INPI precisa rever sua prática? . . . . .** 9

## MSN Notícias | BR

Patentes

**Patente de captura de monstros solicitada por Nintendo e Pokémon Company é rejeitada pelo Japão; processo contra Palworld pode ser afetado . . . . .** 12

MSN

## Época Negócios - Online | BR

31 de outubro de 2025 | Direitos Autorais

**IA generativa vs direitos autorais: em busca de uma arbitragem justa . . . . .** 14

DORA KAUFMAN

## Carta Capital Online | BR

Marco regulatório | INPI

**Briga entre Gradiente e Apple no STF pela marca iPhone completa 2 anos parada . . . . .** 17

CARTACAPITAL

## Folha.com | BR

Direitos Autorais

**Universal terá plataforma de música com inteligência artificial ao lado de startup . . . . .** 18

ÚLTIMAS NOTÍCIAS

## Consultor Jurídico | BR

ABPI | Câmara de Mediação

**Livro Lei da Arbitragem comentada chega à quinta edição . . . . .** 19

## A Crítica Online - Manaus | BR-AM

<b>INPI escolhe Manaus para começar regionalização no Brasil .....</b>	<b>21</b>
--	-----------

LUCAS DOS SANTOS

## Venda da Warner pode ser vantajosa para a empresa. Mas Hollywood pode sair perdendo



Uma fusão a Warner com empresas como Paramount, Comcast, Amazon ou Netflix traria benefícios como eficiência e economia de custos, no entanto, a indústria do entretenimento depende da interação entre talentos, capital e concorrência, que pode ser afetada com a concentração desses recursos em poucos conglomerados

Bloomberg Opinion - A decisão da Warner Bros. Discovery de se colocar à venda parece tanto estratégica quanto lamentável.

É o tipo de medida - resultado da tentativa de lidar com dívidas significativas, mudanças nos hábitos do público e exigências dos acionistas - que faz todo o sentido na teoria.

As capacidades de criação e distribuição de conteúdo da Warner Bros. a tornam um dos poucos estúdios verticalmente integrados ainda em atividade. Uma fusão com qualquer um dos seus pretendentes rumores - Paramount Skydance, Comcast, Amazon ou Netflix - proporcionaria eficiência, economia de custos e alavancagem num mercado que recompensa a dimensão.

Olhando para o que está em jogo entre as potenciais parcerias, percebe-se porque é que os investidores estão atentos. Um acordo com a Paramount poderia combinar a HBO Max e a Paramount, criando um concorrente mais forte para a Netflix e a Disney no mercado do streaming.

Os direitos esportivos da Paramount - a NFL, o Masters e agora o UFC - aumentam ainda mais o apelo. Para a NBCUniversal da Comcast, Amazon ou Netflix, a **propriedade** intelectual da Warner (por exemplo, Harry Potter, Friends, Game of Thrones, Superman, Batman, Looney Tunes, etc.) e a base de assinantes da HBO Max seriam o verdadeiro prêmio, ajudando a fortalecer seus negócios existentes.

Mas o que se perde em termos criativos, culturais e para os consumidores nesse processo muitas vezes é ofuscado por discussões sobre escala e sinergias de custos.

Fusões como a que pode ocorrer com a Warner Bros. continuam a corroer o ecossistema compartilhado de Hollywood. As consequências ficam mais claras se pensarmos na indústria como uma espécie de bem comum criativo.

Durante décadas, ela foi sustentada pela interação entre talento, capital e concorrência entre o que costumava ser um grupo maior de grandes estúdios que, em tempos, impulsionavam a assunção de riscos criativos. Para usar uma teoria econômica, o que acaba acontecendo com esses acordos é uma tragédia dos comuns - cada transação é racional por si só, mas coletivamente corrosiva.

Não é surpresa, então, que o Sindicato dos Roteiristas dos EUA (WGA) tenha dado o alarme com a notícia da possível venda. Em um comunicado na semana passada, o WGA chamou qualquer fusão envolvendo a Warner Bros. de "um desastre para roteiristas, consumidores e para a concorrência".

O sindicato não está sendo exagerado.

Os resultados de um cenário de estúdios em retração são previsíveis: menos compradores de roteiros, menor apetite por riscos criativos e menos espaços para

Continuação: Venda da Warner pode ser vantajosa para a empresa. Mas Hollywood pode sair perdendo

o desenvolvimento de vozes distintas, à medida que diminui o incentivo para apostar em novas ideias e propriedades intelectuais não testadas.

Essa lógica avessa ao risco é especialmente decepcionante quando uma empresa que antes se destacava por fazer o oposto se torna apenas uma divisão dentro de um conglomerado que ganha seu dinheiro de verdade em outro lugar.

Considere que a 20th Century Fox foi absorvida pela Walt Disney, sua programação agora reduzida para alimentar a mesma máquina de sucesso com a qual antes competia. Outro exemplo é a MGM, que já definiu o prestígio de Hollywood, sendo incorporada pela Amazon, servindo como pouco mais do que um inventário de **propriedade** intelectual para uma gigante do varejo e da tecnologia.

Além da falta de criatividade, as consolidações também significaram demissões em massa para reduzir redundâncias.

Grande parte do meio criativo de Hollywood - produtores, designers e contadores de histórias independentes - já tem dificuldade em conseguir trabalhos como resultado das recentes consolidações e do declínio da televisão linear. Outra fusão que intensifique a pressão seria realmente desastrosa.

Para o público, as consequências são igualmente significativas. Os filmes e a televisão são há muito vistos como ferramentas eficazes que forçam os espectadores a desafiar, afirmar e moldar sua compreensão do mundo e de si mesmos. Se as oportunidades de aprovar essas histórias diminuíssem, isso inevitavelmente significará menos espelhos refletindo a sociedade.

Como Hollywood há muito tempo é uma das grandes exportações culturais dos Estados Unidos, a perda repercute além de suas fronteiras.

O caminho a seguir pode depender de duas frentes: os

criativos encontrando novas maneiras de recuperar a propriedade, usando suas habilidades para construir empreendimentos e públicos independentes, e os espectadores assumindo a responsabilidade de buscar e sustentar essas produções.

Mesmo assim, a independência criativa tem limites em uma indústria do entretenimento ainda controlada por poderosos agentes. A Warner Bros. terá que considerar um acordo que tenha mais chances de ser aprovado pelos órgãos reguladores. No clima político atual, a Paramount é amplamente vista como tendo uma vantagem significativa para concluir esse processo nos Estados Unidos.

Um acordo também teria que ser aprovado por órgãos reguladores em outras partes do mundo, incluindo o Reino Unido e a União Europeia. Seu novo CEO, David Ellison, e seu pai, Larry Ellison, conquistaram a simpatia do presidente Donald Trump. No início deste mês, Trump se gabou de que os Ellisons eram seus "grandes amigos" e "grandes apoiadores".

Apoiei a aquisição da Paramount pela Skydance, do jovem Ellison, porque parecia uma chance de preservar um estúdio tradicional sob o comando de alguém que entendia do negócio do cinema. Sua trajetória - e a conexão de sua família com a Oracle, com seu alcance em IA e dados - sugeriam uma possível ponte entre a velha Hollywood e as novas tecnologias. Talvez ingenuamente, não esperava que ele estivesse de olho em outro estúdio poucos meses depois.

À medida que ele e outros tentam expandir seu domínio sobre a indústria, a questão não deve ser apenas se um acordo faria sentido no papel. Os executivos também devem considerar se Hollywood pode continuar sendo um lugar onde novas ideias encontram espaço para respirar e onde uma grande indústria americana ainda pode prosperar.

Esta coluna reflete as opiniões pessoais do autor e

Continuação: Venda da Warner pode ser vantajosa para a empresa. Mas Hollywood pode sair perdendo

não reflete necessariamente a opinião do conselho editorial ou da Bloomberg LP e de seus proprietários.

New School. Foi executivo da Universal e da Warner Brothers.

Paul Hardart é diretor do programa de entretenimento, mídia e tecnologia da Stern School of Business da NYU e diretor fundador do Programa de Pós-Graduação em Gerenciamento de Mídia da The

© 2025 Bloomberg L.P.

## Roberto Carlos contesta uso de obras em serviços de streaming



Nesta semana, o Ministro Dias Toffoli, do STF, conduziu uma audiência pública para discutir o julgamento de um caso que pode ser simbólico  
crédito: Divulgação/TV Globo

Não há dúvidas que a **propriedade** intelectual é uma das áreas do direito mais afetadas pela evolução tecnológica. Entre os desafios enfrentados estão o avanço da Inteligência Artificial (IA), as novas formas de contratação, a justa remuneração de autores, a reprodução não autorizada de obras e diversas outras condutas entendidas como concorrência desleal.

Como nossa legislação parece não ser suficiente ou adequada para resolvê-los, muitas questões são levadas ao judiciário até que novas normas sejam criadas.

No início desta semana, o Ministro Dias Toffoli, do STF, conduziu uma audiência pública para discutir o julgamento de um caso que pode ser simbólico.



Roberto e Erasmo Carlos ajuizaram, há alguns anos, uma ação para rescindir contratos de edição e de cessão de direitos firmados com a gravadora Fermata, na década de 1960. O fundamento para a rescisão tem a ver com o uso desses direitos por serviços de streaming. Para Roberto e para os sucessores de Erasmo, que morreu em 2022, não há transparência quanto à autorização das gravadoras para o uso das músicas em plataformas de streaming, nem prestação de contas adequada sobre a remuneração devida.

Alegam, também, que o contrato foi celebrado em um regime jurídico totalmente diverso do contexto atual e que não havia nele autorização para que a gravadora explorasse as obras através do formato digital.

A pretensão da dupla foi recusada pela Justiça de São Paulo que entendeu que não houve falta de trans-

Continuação: Roberto Carlos contesta uso de obras em serviços de streaming

parência na conduta da gravadora e que o contrato de cessão de direitos previa a autorização da reprodução gráfica e fonomecânica e a exploração das obras por qualquer outra forma. Destacou-se, também, o ato jurídico perfeito relativo à manifestação das partes no contrato

Na audiência pública, realizada no Supremo, Toffoli ouviu acadêmicos, representantes de artistas, gravadoras e do streaming.

Para o magistrado, os temas centrais do julgamento são a exploração econômica de direitos patrimoniais de **propriedade** intelectual na era digital e o direito de fiscalização dessa exploração.

É provável que ele e seus colegas de Corte não admitam a revisão ou a rescisão dos contratos assinados na era analógica, como desejado pelo Rei, mas a decisão do recurso poderá trazer parâmetros para os instrumentos contratuais atuais.

O autor desta coluna é Advogado, Especialista e Mestre em Direito Empresarial. É sócio do escritório Ribeiro Rodrigues Advocacia. Sugestões e dúvidas podem ser enviadas para o email [lfe-lipeadvrr@gmail.com](mailto:lfe-lipeadvrr@gmail.com)

As opiniões expressas neste texto são de responsabilidade exclusiva do(a) autor(a) e não refletem, necessariamente, o posicionamento e a visão do Estado de Minas sobre o tema.



## Marca notoriamente conhecida: por que o INPI precisa rever sua prática?



Em um mundo globalizado e digitalizado, é simples verificar se determinada marca é ou não notoriamente conhecida

A Lei de **Propriedade Industrial**, em seu artigo 126, dispõe que "a marca notoriamente conhecida em seu ramo de atividade nos termos do artigo 6º**bis(I)**, da Convenção da União de Paris para Proteção da **Propriedade Industrial** (CUP), goza de proteção especial, independentemente de estar previamente depositada ou registrada no Brasil."

Da leitura desse dispositivo, incorporado ao ordenamento jurídico brasileiro por meio da CUP, verifica-se que não há qualquer restrição expressa que limite sua aplicação apenas às marcas estrangeiras ainda não depositadas ou registradas no país. Caso essa tivesse sido a intenção do legislador, a redação do dispositivo teria sido clara nesse sentido, inclusive substituindo a expressão "independentemente" por uma formulação como "apenas se não estiver previamente depositada ou registrada no Brasil", a fim de restringir a abrangência da norma.

Não obstante, na prática, observa-se que o **Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI)** adota interpretação restritiva do dispositivo. Recorrentemente, a autarquia entende que apenas podem ser enquadradas como marcas notoriamente

conhecidas aquelas que ainda não se encontrem depositadas ou registradas no Brasil e que, além disso, sejam amplamente reconhecidas pelo público consumidor nacional.

Ora, vivemos em um mundo globalizado e amplamente integrado pela tecnologia, o que torna relativamente simples verificar se determinada marca é ou não notoriamente conhecida.

Nesse contexto, surge a seguinte indagação: por que é praticamente inviável o indeferimento de ofício pelo examinador, conforme previsto no §2º do artigo 126, da LPI? Tal dificuldade decorre, essencialmente, de três fatores:

**Interpretação restritiva adotada pelo INPI:** se a própria Autarquia entende que apenas marcas estrangeiras não depositadas ou registradas podem ser consideradas notoriamente conhecidas, torna-se contraditório exigir que o examinador indefira de ofício um pedido com base nessa condição. Isso demandaria, inclusive, pesquisas extensas, não apenas em sua base de dados, mas também em fontes externas (como a web), o que inviabiliza decisões automáticas nesse sentido.

**Previsão** expressa no Manual de Marcas: segundo o entendimento consolidado pelo próprio **INPI**, o reconhecimento da notoriedade deve ocorrer apenas no âmbito de oposição ou de Processo Administrativo de Nulidade (PAN), e não de maneira espontânea pelo examinador.

**Exigência** do depósito da marca no Brasil: sendo condição sine qua non o depósito do pedido para que haja análise do status da marca, resta o problema de como o **INPI** poderia resolver a situação em caso de indeferimento de ofício, considerando que o registro de marca constitui direito subjetivo da parte interessada.

Continuação: Marca notoriamente conhecida: por que o INPI precisa rever sua prática?

Constata-se, portanto, que as diretrizes constantes do Manual de Marcas afrontam os princípios constitucionais da legalidade e da isonomia, na medida em que impõem interpretação restritiva ao artigo 126 da LPI. Tal postura favorece apenas determinado grupo de interessados - em especial aqueles titulares de marcas protegidas apenas no exterior - , em detrimento da plena aplicação da norma.

Cumpramos observar que o revogado Código da **Propriedade** Industrial (CPI), instituído pela Lei nº 5.772, de 21 de dezembro de 1971, dispunha o seguinte: "Da Marca Notória. Art. 67. A marca considerada notória no Brasil, registrada nos termos e para os efeitos deste Código, terá assegurada proteção especial, em todas as classes, mantido registro próprio para impedir o de outra que a reproduza ou imite, no todo ou em parte, desde que haja possibilidade de confusão quanto à origem dos produtos, mercadorias ou serviços, ou ainda prejuízo para a reputação da marca."

Como se verifica, o antigo CPI contemplava apenas o instituto da marca notoriamente conhecida, sem estabelecer qualquer distinção em relação à marca de alto renome. Além disso, delimitava de forma expressa a proteção especial conferida: a extensão do direito marcário a todas as classes de produtos e serviços.

Os requisitos estabelecidos eram inequívocos: a reprodução ou imitação, no todo ou em parte, desde que configurada a possibilidade de confusão; ou a ocorrência de prejuízo à reputação da marca. Nesse último caso, admitia-se a alegação de risco de diluição ou de aproveitamento parasitário - institutos que, embora atualmente não mais reconhecidos na esfera administrativa do **INPI**, ainda encontram respaldo no poder judiciário quando se trata de marca notoriamente conhecida e já registrada no Brasil.

Inclusive, o United States Patent and Trademark Office (USPTO), órgão responsável pela proteção de ativos de **propriedade** intelectual nos Estados Uni-

dos, adota interpretação que consideramos mais adequada ao disposto no artigo 6º **bis** da CUP. Em sua prática administrativa, o USPTO delineia de forma expressa o que se entende por marca famosa (**well-known** mark), quem pode invocar tal direito e quais são os requisitos necessários para o seu reconhecimento: "Os Estados Unidos implementam essas normas protegendo marcas notórias, registradas e não registradas, de origem nacional e estrangeira, contra o uso e/ou registro por terceiros não autorizados, nos termos da Lei Lanham dos EUA. A Lei protege uma marca contra violação ou registro por terceiros de marca similar para produtos ou serviços que sejam iguais, similares, relacionados ou mesmo não relacionados, se houver risco de confusão, independentemente de a marca anterior estar registrada ou não.

O titular de uma marca notória pode intentar uma ação em um tribunal federal dos EUA por violação de marca registrada, nos termos da Seção 43(a) da Lei Lanham. O tribunal determinará a probabilidade de confusão ao decidir sobre a violação. A jurisprudência americana descreve uma variedade de fatores não exclusivos e não exaustivos que podem ser utilizados na análise. Esses fatores incluem:

a semelhança das marcas

a relação ou proximidade dos bens e/ou serviços

a força da marca do autor, incluindo o nível de reconhecimento comercial

canais de marketing utilizados, incluindo a semelhança ou dessemelhança entre os consumidores dos bens e/ou serviços das partes

o grau de cuidado que provavelmente será exercido pelos compradores na seleção de bens e/ou serviços,

a intenção do réu na seleção de sua marca

a evidência de confusão real

Continuação: Marca notoriamente conhecida: por que o INPI precisa rever sua prática?

a probabilidade de expansão nas linhas de produtos, etc.

Nesta análise, embora nenhum fator seja determinante, uma marca forte ou notória receberá proteção mais ampla do que uma marca mais fraca. Uma marca não precisa ser registrada para receber proteção."

Com a revogação do CPI, a LPI desdobrou o antigo artigo 67 nos atuais artigos 125 e 126. Surge, então, uma indagação relevante: da mesma forma que o alto renome é reconhecido por procedimento apartado, com a correspondente anotação desse *status* nos registros e a emissão de certificado próprio, por que razão não se confere à marca notoriamente conhecida tratamento equivalente, sobretudo quando a lei expressamente também prevê a chamada "proteção especial"?

Conclui-se que o **INPI** deveria revisar suas disposições internas, de modo a facultar a qualquer pessoa com legítimo interesse a solicitação da anotação de reconhecimento de sua marca como notoriamente conhecida nos assentamentos do órgão.

Tal medida permitiria não apenas que o **INPI** voltasse a avaliar o risco de diluição ou de aproveitamento parasitário em casos de oposição ou em Processos Administrativos de Nulidade (PAN), sempre que houvesse afinidade mínima entre os segmentos, mas também viabilizaria a aplicação inequívoca do §2º do artigo 126 da LPI, possibilitando o indeferimento de ofício de marcas já reconhecidas como notoriamente conhecidas.

Entendemos que essa foi a intenção do legislador ao distinguir os institutos na LPI e que a adoção dessa interpretação, com a consequente superação do entendimento restritivo do **INPI**, pode representar a solução mais adequada para assegurar proteção especial às marcas conhecidas apenas em seu segmento de atuação, por parcela limitada da população, e que, justamente por essa restrição, dificilmente alcançariam o status de alto renome.

## Patente de captura de monstros solicitada por Nintendo e Pokémon Company é rejeitada pelo Japão; processo contra Palworld pode ser afetado

A Nintendo e a The Pokémon Company (TPC) enfrentam outro problema durante sua batalha judicial contra o jogo de sobrevivência em mundo aberto Palworld, da Pocketpair. Conforme relatado pelo GamesFray, uma das patentes solicitadas pelas empresas e relacionadas ao caso foi rejeitada pelo Escritório de Patentes do Japão (JPO) por falta de originalidade.

Em setembro de 2024, as empresas que dividem domínio da saga Pokémon anunciaram oficialmente que estavam entrando com uma ação por **violação** de patente no Japão contra Palworld. O caso envolve três patentes principais concedidas pelo JPO: duas relacionadas à captura e liberação de monstros e uma sobre montar em personagens.

Todas as patentes foram registradas e aprovadas em 2024, mas são derivadas de patentes anteriores da Nintendo que datam de 2021. Parece que a gigante japonesa direcionou essas patentes divisionais para lutar especificamente contra a suposta violação das originais por Palworld.

Desde então, o caso tem se arrastado, com a Nintendo até mesmo reescrevendo uma patente relacionada a montarias no meio do processo e argumentando que mods não devem ser considerados como arte prévia.

No entanto, uma das patentes sobre captura de monstros ainda não foi aprovada. Em outubro, o JPO apon- tou que a patente em questão carece de uma etapa inventiva, tomando uma decisão não definitiva de re- jeitar o pedido.

A justificativa do escritório para a rejeição fez re- ferência a jogos mais antigos com mecânicas se- melhantes lançados antes mesmo da data de prioridade da Nintendo em 2021, incluindo ARK (2015), Monster Hunter 4 (2013) e Kantai Collection (2013). Craftopia (2020) da Pocketpair e Pokémon GO (2016) da Niantic estavam entre outros exemplos de jogos usados para argumentar que a patente carece de originalidade.

Embora essa decisão não vinculativa e não definitiva do JPO de rejeitar o pedido não tenha impacto direto no processo, ela ainda pode influenciá-lo, conforme observado pela GamesFray. Isso porque o pedido de patente rejeitado 2024-031879 está intimamente re- lacionado às duas principais patentes de captura de monstros (JP7505852 e JP7545191) que estão sendo usadas contra Palworld neste caso.

Isso poderia ajudar no argumento de que a Pocketpair não está infringindo os **direitos** autorais da Nin- tendo, mas sim que a mecânica de captura de mons- tros de Palworld está apenas se baseando em décadas de sistemas semelhantes encontrados em jogos mais antigos feitos por vários desenvolvedores.

Como observou o consultor de **propriedade** in- tellectual Florian Mueller, da GamesFray, "o fato de o examinador de **patentes** estar agora analisando jo- gos do mundo real, em vez de apenas documentos e artigos de **patentes**, aumenta consideravelmente as apostas para a Nintendo".

Durante a Game Developers Conference (GDC) de

Continuação: Patente de captura de monstros solicitada por Nintendo e Pokémon Company é rejeitada pelo Japão; processo contra Palworld pode ser afetado

março, o IGN conversou com o diretor de comunicações e gerente editorial da Pocketpair, John "Bucky" Buckley, que falou abertamente sobre várias dificuldades enfrentadas por Palworld - incluindo as acusações de uso de inteligência artificial generativa e roubo de modelos de Pokémon para os Pals. Para ele, o processo por **violação** de patente movido pela Nintendo "foi um choque" e "algo que ninguém sequer imaginava".

\*Matéria traduzida e adaptada por Maria Eduarda Cury.

Inscreva-se no canal do IGN Brasil no YouTube e visite as nossas páginas no Facebook, Twitter, Instagram e Twitch! | Siga Maria Eduarda Cury no Instagram, X e Bluesky.



## IA generativa vs direitos autorais: em busca de uma arbitragem justa



O caminho que cada país escolher terá profundas implicações geopolíticas e econômicas

O cenário legal para a inteligência artificial generativa começa a ser definido em tribunais. Um marco importante ocorreu em 5 de setembro passado, quando a Anthropic informou a um juiz federal de São Francisco sua concordância em pagar US\$ 1,5 bilhão para encerrar uma ação coletiva de autores. Eles acusavam a empresa de usar livros pirateados de sites como LibGen e PiLiMi (Pirate Library Mirror) para treinar seu chatbot, Claude. Este foi o primeiro acordo do gênero, sinalizando um novo patamar de risco para o setor.

Pouco depois, em início de outubro, o Tribunal do Distrito Sul de Nova York ordenou que a OpenAI entregasse comunicações internas de seus funcionários que discutiam a exclusão de um conjunto de dados com livros pirateados, até então protegidas pelo privilégio do sigilo da relação advogado-cliente. A decisão está ligada a vários processos contra a OpenAI, nos quais os autores tiveram acesso a conversas na plataforma Slack, usada para comunicação interna. Conforme alerta a agência de notícias Bloomberg, "Os riscos vão além de uma indenização elevada. Se o tribunal concluir que a OpenAI destruiu provas, antecipando o litígio, sanções poderão ser aplicadas".

Ambos os casos, envolvendo duas das principais empresas de IA - Anthropic e OpenAI -, representam um

ponto de inflexão para a indústria. Eles estabelecem precedentes perigosos para as gigantes tecnológicas, sugerindo que a prática de treinar IA com conteúdo pirateado, outrora encarada como uma "zona cinzenta", transformou-se em um terreno legalmente arriscado e potencialmente bilionário. A ordem para a OpenAI entregar comunicações internas (decisão da qual a empresa recorreu e que ainda aguarda uma resolução final) abre um precedente processual, indicando que o privilégio advogado-cliente pode ser quebrado se houver indícios de destruição de provas. As decisões ameaçam as gigantes de tecnologia que já enfrentam o desafio de encontrar modelos de negócios sustentáveis para a IA generativa.

Em um cenário de incertezas, tribunais mundo afora vêm arbitrando com base em suas próprias interpretações das leis vigentes. No Brasil, a Câmara dos Deputados, no processo de revisão da versão do PL2338, aprovada em 10 de dezembro pelo plenário do Senado, realizou três audiências públicas sobre IA generativa e **direitos** autorais (nos dias 2, 9 e 10 de setembro). Um artigo que fez parte de série sobre as 14 audiências públicas ("Os dilemas jurídicos da IA generativa", Dora Kaufman, 18 de setembro de 2025, Valor Econômico) descreve os principais argumentos e sugestões apresentados pelos convidados, ressaltando que: "Em teoria, as reivindicações dos produtores de conteúdo são legítimas - remuneração pelo uso de materiais protegidos, considerados insumos. A questão central é a viabilidade técnica". Há um risco real de que, se a regulamentação for excessivamente restrita, o país fique à margem do desenvolvimento e uso da IA generativa.

Merece leitura atenta o documento "**Direitos** autorais e treinamento de IA generativa - desafios regulatórios", de Rony Vainzof, publicado pela AASP Editora (setembro de 2025, ). Vainzof argumenta que, embora o "fair use" - possibilidade de utilização

Continuação: IA generativa vs direitos autorais: em busca de uma arbitragem justa

de obras protegidas por **direitos** autorais sem consentimento - não esteja explicitamente na Lei de **Direitos** Autorais (LDA), o ordenamento jurídico brasileiro prevê exceções aos direitos patrimoniais. Ele lembra ainda a jurisprudência do STJ ao adotar a "regra dos três passos". Essa regra permite o uso sem autorização em casos especiais, desde que não conflite com a exploração comercial normal da obra nem cause prejuízo injustificado ao autor. A questão é se esse entendimento se aplica ao treinamento de sistemas de IA.

Vainzof lista alguns dos argumentos favoráveis à aplicação desse entendimento: a) Os dados são insumos técnicos para ensinar o modelo sobre relações estatísticas (padrões, gramática e raciocínio humano), não para reproduzir as obras originais; b) O modelo aprende com os dados, mas não os copia; c) O aprendizado é comparável ao processo humano de autoaprendizagem indutivo; d) A responsabilização por outputs que violem **direitos** autorais permanece possível; e e) Flexibilizar o acesso fomenta a concorrência, evitando que apenas grandes empresas dominem o mercado devido aos custos de licenciamento.

Partindo do pressuposto de que a reivindicação de remuneração pelo conteúdo usado é legítima, o autor propõe três modelos de licenciamento como solução: licenciamento voluntário direto, centrado em entidades detentoras de **direitos** autorais; licenciamento coletivo, permitindo que organizações de gestão coletiva licenciem o uso de grandes números de obras; e licenciamento compulsório, percebido como opção de última instância pela dificuldade operacional.

No cerne dessas disputas legais reside um conflito filosófico: o treinamento de IA é um "uso justo" ou uma apropriação indevida em massa? De um lado, a indústria de IA defende a primeira tese, comparando o processo a um ser humano que lê livros para aprender a escrever. Do outro, criadores e detentores de direitos veem uma reprodução em escala industrial,

capaz de gerar um produto que é, inclusive, concorrente direto das obras que o alimentam.

No entanto, essa aparente oposição é atenuada por uma realidade prática e crescente: os criadores já adotam a IA em seus fluxos de trabalho, e os desenvolvedores dependem da criatividade humana para refinar e qualificar seus modelos. Essa interdependência torna premente a necessidade de as partes superarem os extremos e estabelecerem premissas comuns para um diálogo construtivo.

Enquanto o debate legislativo e judicial evolui, o mercado já começa a esboçar diferentes modelos de negócio, testando a viabilidade das propostas de licenciamento. Por um lado, vemos a consolidação de parcerias estratégicas diretas. A OpenAI, por exemplo, fechou acordos multimilionários com gigantes como a Associated Press e a editora Alex Springer, criando um precedente para o licenciamento voluntário de grandes bases de conteúdo. Neste modelo, as empresas de IA internalizam o custo do conteúdo como um insumo essencial, similar à matéria-prima.

Paralelamente, empresas como a Adobe (com seu Firefly, treinado em sua própria biblioteca de imagens e conteúdos com licença aberta e de domínio público) e a startup francesa Mistral (que defende modelos abertos treinados com dados filtrados) buscam construir uma proposta de valor baseada na premissa de que seus sistemas são "limpos" do ponto de vista dos **direitos** autorais. No extremo oposto, persiste o modelo de "implantar primeiro e perguntar depois", que agora enfrenta o contra-ataque legal exemplificado pelos casos da Anthropic e OpenAI. O risco aqui deixou de ser teórico e se tornou financeiramente palpável.

O caminho que cada país escolher terá profundas implicações geopolíticas e econômicas. Uma regulação excessivamente restritiva, como a que se esboça na União Europeia com a Lei de IA (AI Act), pode, de fato, inviabilizar a IA: cria um ambiente seguro para os detentores de direitos, mas potencialmente estanque

Continuação: IA generativa vs direitos autorais: em busca de uma arbitragem justa

para a inovação local, consolidando o domínio das poucas empresas globais que podem arcar com o custo massivo do licenciamento. Por outro lado, a adoção de um "fair use" amplo e irrestrito, sem qualquer mecanismo de compensação, pode asfixiar economicamente os criadores no longo prazo, corroendo a própria base de conteúdo original e de qualidade que alimenta os modelos de IA. O desafio, portanto, não é apenas encontrar um equilíbrio, mas construir um ecossistema que sustente tanto a **inovação** tecnológica quanto a economia criativa.

A solução talvez não esteja em um único modelo,

mas em um mosaico regulatório que combine elementos dos três: estimular o licenciamento voluntário para grandes detentores de conteúdo, criar mecanismos de licenciamento coletivo ágeis e inovadores para obras de menor escala, e estabelecer exceções claras e seguras para usos genuinamente transformadores e de pesquisa. A interdependência citada no artigo não é apenas uma realidade operacional, mas a chave para o futuro da inteligência artificial.



## Briga entre Gradiente e Apple no STF pela marca iPhone completa 2 anos parada



O ministro Dias Toffoli interrompeu um julgamento em outubro de 2023 e, desde então, o tema não voltou à pauta

O processo no Supremo Tribunal Federal que opõe a Apple e a Gradiente em torno do uso da marca iPhone no Brasil completou dois anos emperrado. Em 24 de outubro de 2023, o ministro Dias Toffoli interrompeu um julgamento no plenário virtual com um pedido de destaque, o que forçou a discussão em sessões presenciais. Desde então, porém, o tema não entrou em pauta.

Se o presidente do STF, Edson Fachin, decidir pautar a ação, a votação recomeçará do zero.

A Gradiente registrou a marca em 2000, mas a concessão pelo **Instituto** Nacional da Propriedade Industrial só ocorreu em 2008. Em 2007, a Apple lançou seu iPhone, que ganhou projeção mundial.

A empresa brasileira recorreu ao STF após o Tribunal Regional Federal da 2ª Região determinar ao **INPI** a anulação do registro e sua republicação com a ressalva de que a Gradiente não tem a exclusividade sobre a palavra iPhone isoladamente.

No recurso, a Gradiente argumenta que, quando solicitou o registro, a Apple ainda não operava no Brasil e, ao lançar seu iPhone em território brasileiro,

deveria ter consultado o **INPI**.

Já a empresa norte-americana lembrou que a família de produtos "i" (iMac, iPad etc.) está relacionada a ela e defende que a Gradiente só pode utilizar a expressão "Gradiente Iphone", não o termo isolado.

Em maio, a Gradiente obteve uma vitória no Superior Tribunal de Justiça, cuja Terceira Turma manteve a anulação de uma sentença do TRF-2 que ordenava a caducidade da marca Gradiente Iphone.

O STF, porém, terá a palavra final, com repercussão geral - ou seja, o que a Corte concluir servirá de baliza para as instâncias inferiores em processos semelhantes.

O tema de fundo é a exclusividade da **propriedade** industrial em razão da demora na concessão do registro de marca pelo **INPI**, simultaneamente à popularização de um produto com o mesmo nome por uma empresa concorrente.

## Universal terá plataforma de música com inteligência artificial ao lado de startup

### ÚLTIMAS NOTÍCIAS



Gravadora e Udio lançarão espaço que une canções e IA  
Empresa cancela processo judicial após firmar o acordo

A Universal Music, uma das principais gravadoras do mundo, firmou um acordo com a Udio, uma startup que usa inteligência artificial generativa para fazer música.

A Universal cancelou o processo judicial que vinha movendo contra a Udio desde o ano passado, em ação conjunta com a Warner e a Sony Music. As gravadoras acusaram a Udio de se valer de conteúdo protegido por **direitos** autorais para treinar os seus mecanismos de IA, capazes de criar canções com poucos cliques.

Colagem de Silvis

-

A Universal, agora fora do processo, receberá uma compensação por aquilo que considera que a Udio roubou do seu catálogo. Juntas, elas vão lançar uma

plataforma de música, com ferramentas de inteligência artificial, a partir de uma seleção de faixas autorizadas e licenciadas.

"Esse acordo demonstra nosso compromisso em fazer o que é certo para nossos artistas e compositores, seja adotando novas tecnologias, desenvolvendo novos modelos de negócios ou diversificando as fontes de receita", disse Lucian Grainge, presidente da Universal, em comunicado.

"Nós podemos fomentar um ecossistema de IA comercial saudável, no qual artistas, compositores, gravadoras e empresas de tecnologia possam prosperar", acrescentou.

A nova plataforma, que deve fornecer ferramentas de IA para ouvintes criarem ou editarem músicas, será liberada no ano que vem.

## Livro Lei da Arbitragem comentada chega à quinta edição



ESTÚDIO CONJUR Livro Lei da Arbitragem comentada chega à quinta edição

A obra Lei da Arbitragem comentada (Juspodivm), de Olavo Augusto Vianna Alves Ferreira, Matheus Lins Rocha e Débora Cristina Fernandes Ananias Alves Ferreira, chega à quinta edição.

O livro traz novos tópicos e cerca de 1.500 notas de rodapé, apresentando atualizações e ampliações relevantes.

No prefácio, o vice-presidente do Superior Tribunal de Justiça, ministro Luis Felipe Salomão, afirma que a obra tem análise das correntes doutrinárias sobre cada polêmica existente sobre a Lei de Arbitragem, com vasta jurisprudência.

"A arbitragem temática é objeto de tratamento pelos autores, com exame de questões específicas dos diversos ramos do Direito, dentre elas: arbitragem no direito do consumidor; arbitragem coletiva; arbitragem nas locações de imóveis urbanos; ar-

bitragem no direito societário; arbitragem na falência; na recuperação extrajudicial, recuperação judicial, e liquidação extrajudicial; arbitragem no direito de família; arbitragem no direito das sucessões; arbitragem no direito do trabalho; arbitragem e a administração pública; arbitragem tributária; e arbitragem e o direito ambiental".

"Os temas polêmicos da arbitragem nacional e da homologação da sentença arbitral estrangeira foram abordados com a enumeração das correntes existentes e com o posicionamento dos autores sempre externado", diz Salomão.

Olavo Alves Ferreira é procurador do estado de São Paulo. Doutor e mestre em Direito do Estado pela PUC-SP, professor do Programa de Doutorado e Mestrado em Direito da Unaerp e professor convidado de cursos de pós-graduação (PUC-Cogea, Faculdade Baiana de Direito, IDP-SP, Escola Paulista da Magistratura, Espge-SP, USP-FDRP, entre outras). É membro de listas de árbitros de diversas instituições arbitrais e da Comissão Especial de Arbitragem do Conselho Federal da OAB. É coordenador acadêmico do Canal Arbitragem.

Matheus Lins Rocha é advogado. Membro da lista de árbitros da **Câmara** de Mediação e Arbitragem Especializada. Mestrando em Direito, Governança e Políticas Públicas pela Universidade Salvador (Unifacs). Pós-graduado em Direito Público pela Faculdade Baiana de Direito, em Direito, Governança e Políticas Públicas pela Unifacs e em Direito da Comunicação Digital pelo Centro Universitário das Faculdades Metropolitanas Unidas (FMU). Graduado em Direito pela Unifacs. Árbitro no

Continuação: Livro Lei da Arbitragem comentada chega à quinta edição

CAM-CCBC Pre-Moot São Paulo em 2019.

Processual Civil e Direito Civil.

Débora Cristina Fernandes Ananias Alves Ferreira é juíza de Direito do Tribunal de Justiça de São Paulo. Professora dos cursos de especialização da Escola Paulista da Magistratura. É membro da 1ª Turma Recursal Cível do Colégio Recursal da 41ª Circunscrição Judiciária. Especialista em Direito

## INPI escolhe Manaus para começar regionalização no Brasil



Presença física da instituição no Amazonas deve facilitar atividades industriais e de bioeconomia que precisem de registros

O **Instituto** Nacional da Propriedade Industrial (**INPI**) inaugurou nesta quinta-feira (30) sua primeira unidade na região Norte, se instalando no Centro de Bionegócios da Amazônia (CBA), localizado no Distrito Industrial de Manaus. Segundo o presidente do **INPI**, Júlio César Moreira, a unidade é a primeira de várias que deverão ocorrer para regionalizar a presença do **INPI** no Brasil.

"Não tem a ver com a Zona Franca de Manaus somente, nem com o CBA somente, tem a ver com a regionalização do instituto. O **INPI**, historicamente, sempre posicionou suas unidades regionais ao longo da costa brasileira, e o resto do país ficava desassistido em alguma medida. O que nós estamos buscando agora é reposicionar o instituto nas cinco regiões. Estamos começando esse processo com a região Norte", disse.

Moreira informou que o diretor do CBA, Márcio Miranda, procurou o instituto para oferecer um espaço de instalação, casando com o planejamento do próprio **INPI**. O presidente ressaltou que a presença física do instituto não será importante apenas para a indústria, como também para aqueles que trabalham com o conhecimento tradicional da floresta.

"Você saber, através do conhecimento tradicional, que determinado sapinho na floresta tenha um ve-

nenho, mas que ele serve também para curar algum tipo de dor que você tem no corpo, isso potencialmente é um medicamento que pode chegar no mercado. E se for um brasileiro fazendo pesquisa e desenvolvimento com o conhecimento desse ribeirinho para colocar esse produto no mercado, a gente tem o retorno econômico para a comunidade, tem o benefício para o país de gerar um medicamento desconhecido", explicou.

Para Márcio Miranda, a chegada do **INPI** ao Espaço CBA de Inovação integra a estratégia do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC) de descentralizar e democratizar o acesso aos serviços do Instituto, fortalecendo a presença institucional na Amazônia e estimulando o desenvolvimento econômico e sustentável da região.

"Receber o primeiro escritório do **INPI** da Região Norte dentro do Espaço CBA de Inovação é um passo histórico para o fortalecimento do ecossistema de ciência, tecnologia e inovação da Amazônia", disse.

Durante a cerimônia ocorrida no CBA nesta quinta, foram assinados acordos de cooperação técnica entre o **INPI** e instituições parceiras na região como o próprio CBA, a Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa), representada pelo superintendente-adjunto Luiz Frederico Aguiar, o Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (Inpa) e o Instituto Federal do Amazonas (Ifam).

Presente na solenidade, o vice-presidente da Federação das Indústrias do Estado do Amazonas (Fieam), Nelson Azevedo, destacou que a presença do INPI na região é muito importante para o setor, podendo atender mais rapidamente a demanda das empresas.

"Em vez de a gente estar pedindo lá para fora patentes, licenciamentos para alguma coisa, a gente já

Continuação: INPI escolhe Manaus para começar regionalização no Brasil

pode pedir aqui com pessoas até ocupadas, porque eles falaram até que vai ter concurso para ocupar com pessoal nosso aqui. Vai trazer desenvolvimento, conhecimento, vai ser muito positivo para nós", disse.

## Metas

Márcio Miranda afirmou à reportagem que tem como meta o registro de pelo menos duas patentes em 2024, totalizando quatro com as realizadas em 2024, na forma de patente de invenção, tendo a expectativa de chegar até seis em 2026.

O diretor de Departamento de Patrimônio Genético e Cadeias Produtivas dos Biomas e Amazônia, Rafael de Sá Marques, afirmou que há um enorme potencial para a região, especialmente na **propriedade** intelectual das indicações geográficas.

"A gente tem um potencial grande, tanto do ponto de vista da diversidade cultural quanto da diversidade de produtos e matérias-primas da floresta, que podem ser objeto de indicações geográficas. [...] a indicação geográfica é uma **propriedade** intelectual específica para delimitar um produto que tenha uma padronização de qualidade relacionada com a região", explicou.

No evento foram apresentados alguns produtos registrados como indicações geográficas da Amazônia como o Guaraná de Maués (AM), o Queijo do Marajó (PA) e as Panelas de Barro de Raposa (RR).

## Assuntos

## Índice remissivo de assuntos

**Propriedade** Intelectual

4, 7, 9, 12, 21

**Marco** regulatório | INPI

9, 17, 21

**Propriedade** Industrial

9, 17, 21

**Direitos** Autorais

12, 14, 18

**Patentes**

12

**ABPI** | Câmara de Mediação

19